



# ENEPEX

ENCONTRO DE ENSINO,  
PESQUISA E EXTENSÃO

8° ENEPE UFGD • 5° EPEX UEMS

## O FEMINISMO DECOLONIAL DE MARÍA LUGONES

**Letícia Otero Dias** <sup>1</sup>

UFGD-FADIR, Dourados-MS, E-mail: diasleticia9@hotmail.com

<sup>1</sup>PIVIC/UFGD

### RESUMO

O grupo Modernidade/Colonialidade possui como uma dos principais emblemas o conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por Anibal Quijano. O objetivo do artigo é apresentar a intersecção desse conceito e desse grupo com o pensamento da autora feminista decolonial Maria Lugones. Destaca-se a importância de conceituar o gênero como uma das formas de opressão colonial e a necessidade de construir um feminismo que questione os padrões eurocêntricos. Além disso, discute-se a colonialidade de gênero no espaço específico da América Latina e sua produção reflexiva.

**PALAVRAS CHAVE:** Colonialidade; Gênero Decolonial; América Latina;

### INTRODUÇÃO

O delineamento de como o gênero se fez presente no processo de construção das interações pós-coloniais e de como influencia a atualidade se faz necessário uma vez que o gênero traz importante contribuição para as teorias Pós-Coloniais e de Colonialidade. As teorias de colonialidade inicialmente não consideraram as implicações do gênero no processo de construção das dicotomias de poder, por isso é importante relacionar o gênero como categoria de dominação, categoria fundamental na instituição e fundação da Modernidade/Colonialidade.

O presente artigo tem por finalidade situar a autora Maria Lugones nos estudos críticos à colonialidade, bem como verificar as contribuições de sua obra para os

estudos e práticas de gênero na América Latina. Isso se dará em três momentos, nos quais pretende-se descortinar as ideias de Maria Lugones: a) Apresentar os conceitos centrais (poder, saber e ser) dos estudos sobre colonialidade e a relação destes com os estudos da autora; b) Explicar o conceito central de gênero moderno e colonial e o feminismo decolonial; c) Justificar a intersecção dos estudos de colonialidade e de gênero. Cabe mencionar que, partindo do pressuposto de indissociação entre sujeito pesquisador e sujeito/objeto/tema a ser conhecido, o artigo apresenta inicialmente um breve histórico sobre a *pessoa* Maria Lugones, com o intuito de aproximar as categorias analítica e êmica, ainda que de forma apriorística.

## 1. MARIA LUGONES

A autora Maria Lugones é uma mulher Argentina/Latina residente nos Estados Unidos e professora na universidade de Binghamton em Nova York. Ela é especialista em estudos de filosofia comparada e filosofia de intersecção de raça e gênero. Desde as primeiras publicações, seu pensamento central é a conexão de políticas de raça e gênero. Em 2006, a autora entrou para o grupo Modernidade/Colonialidade em uma das reuniões realizada na Venezuela. A partir de então, sua obra tem grande importância para os estudos de gênero e colonialidade. Ela acrescentou o conceito de colonialidade de gênero às formas de colonialidade, do ser, do poder e do saber. Um dos pensamentos principais da autora é o conceito de sistema colonial/moderno de gênero, e também a intersecção das categorias raça, gênero e colonialidade.

Tendo em vista a vasta bibliografia produzida pela autora, – relacionada com o gênero, feminismo de mulheres de cor, tradução cultural, filosofia, entre-lugares e colonialidade – a seleção de textos base para a construção do presente artigo será limitada àqueles que se referem a construções de gênero no pensamento colonial e ao feminismo decolonial. Seu pensamento critica a pouca atenção dada ao aspecto de gênero, seja em temas econômicos ou históricos da colonialidade. Ela formula um conceito de gênero que se aplica à forma que este se realiza nas interações coloniais, delimitando uma linha abissal invisível entre o lado claro e o lado obscuro do gênero colonial.

Segundo Santos (2007), a epistemologia científica e o pensamento moderno são divididos entre conhecimento científico e conhecimento não-científico, que ficam do

lado de cá da lógica abissal, o lado visível; e o conhecimento colonial, que é negado e se mantém fora da lógica, o conhecimento do estado de natureza, estado do não-jurídico, não-social, não-existente, e não-científico, que fica do lado invisível da linha abissal. Segundo ele, tudo o que é colocado do outro lado da linha é excluído de forma radical, sendo que também a exclusão é negada e se torna inexistente, de forma que “a suposta exterioridade do outro lado da linha é na verdade a consequência de seu pertencimento ao pensamento abissal como fundação e como negação da fundação”. (Santos, 2007, p. 76) Um dos grandes problemas das linhas abissais é que elas são sutilmente colocadas, e tratam o que fica do lado visível como universal. Portanto, a lei e a ausência de lei coexistem e a lei é tida como universal e existente em tudo, invisibilizando o lado onde o universal não cabe, e onde são necessários novos entendimentos sobre o existir, para criar uma contra-hegemonia às linhas abissais que esteja fora do contexto de visibilidade.

Para exemplificar a lógica das linhas abissais, pode-se considerar o feminismo e ilustrar com a frase de Santos (2007, p. 76):

A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para que a outra parte da humanidade se afirme como universal (e essa negação fundamental permite, por um lado, que tudo o que é possível se transforme na possibilidade de tudo e, por outro, que a criatividade do pensamento abissal banalize facilmente o preço da sua destrutividade).

Na medida em que grupos de mulheres são negados, para que se mantenha um feminismo universal, esse feminismo que se pretende universal é quem dita as possibilidades, a possibilidade de tudo. Dessa forma, lutas específicas desses grupos que não entram no coletivo universal se perdem e ficam do outro lado da linha, o colonial, onde não podem se tornar visíveis, pois se mantêm no local do inexistente.

Os trabalhos da Lugones caracterizam a situação de gênero existente e fundada pela modernidade, e são uma construção epistemológica crítica a essa situação. O pensamento da Modernidade supõe a superação de padrões de poder fundados pela dominação colonial, em diversos âmbitos da vida social. A Colonialidade é a representação de que esses padrões não foram superados, e continuam sendo perpetuados pelo apagamento que a universalização de práticas e conceitos que a modernidade traz. Os pensadores da Colonialidade buscam identificar, informar e

criticar esses padrões de dominação que continuam presentes nas relações sociais, políticas, ecológicas, internas e internacionais, fundadas pelo sistema-mundo moderno. A modernidade está ligada à colonialidade, e não pode existir sem que esta exista. A colonialidade é estabelecida em três bases principais, a colonialidade do poder, do saber e do ser, às quais a autora acrescenta a colonialidade de gênero.

Para a autora Lugones, existe um sistema moderno e colonial eurocêntrico de gênero que ignora as categorias de raça e classe em sua constituição. Nesse sistema, existem os humanos; o homem branco, que é o detentor da razão e inteligência; a mulher branca, que é reprodutora da dominação colonial e da mentalidade dominante; e os não-humanos, ou segundo a Lugones, os bestializados, os negros e índios. Além disso, ela diz que as indígenas e as negras não estão representadas nem na categoria universal de “mulher”, nem nas categorias índio e negro. Portanto não é possível fazer uma interseccionalidade dessas categorias, de forma que não existe “mulher negra”, nem “mulher índia”, sendo necessária outra classificação que seja especificamente representativa. Sendo assim, crítica é direcionada às teorias feministas generalizantes, que, segundo ela, são excludentes de mulheres com especificidades relativas à raça e classe, e, para superar essa dominação colonial é preciso construir um feminismo decolonial capaz de construir categorias representativas dos não-ditos da modernidade e colonialidade no tocante ao gênero. (LUGONES, 2007, p. 193)

## **2. COLONIALIDADE**

Torres (2007, p.131) diz que a colonialidade é o resultado do colonialismo e se mantém viva no saber, na cultura, no senso-comum, na auto-imagem, no cotidiano, enfim, na experiência moderna do sistema-mundo colonial. A colonialidade não é simplesmente uma relação colonial entre duas nações, mas sim padrões de comportamento, de crenças, formas de relacionar o trabalho e a intersubjetividade que existem decorrentes de uma situação colonial pré-existente. A colonialidade não se esvaiu com o fim do colonialismo e a instauração da modernidade, enfim, permanece como base nas formas de pensar, nas preferências e comportamentos da sociedade moderna, mas, mais que isso, é a representação de que o pensamento colonial permanece nas obscuridades da modernidade.

## **3. COLONIALIDADE DO PODER**

A colonialidade do poder é uma realidade do sistema-mundo colonial/moderno construída a partir da colonização das Américas. O conceito de colonialidade do poder foi formulado por Aníbal Quijano e visa expressar a dominação baseada na exploração racial do trabalho, seus recursos e produtos. A raça foi uma categoria de diferenciação inventada para legitimar a exploração colonial. Raça é uma invenção da modernidade. No entanto, apesar de ser uma ficção, a dominação e as explorações legitimadas pela ideia de raça são reais e carregam consigo consequências materiais e subjetivas de subjugação de pessoas que foram racialmente inferiorizadas. A raça foi construída na dicotomia branco-europeu-racional-civilizado / subalterno-irracional-natural-não-civilizado-não-humano, sendo os subalternos os negros, índios, amarelos, oliváceos. (QUIJANO, 2000, p. 3) A fundação da diferenciação de raça foi um dos pilares da construção da modernidade e do pensamento eurocêntrico. Para a autora Maria Lugones, a colonialidade se manifesta nas ideias de teorias feministas hegemônicas, pois são ideias eurocentradas e universalizadas de emancipação da mulher, sem considerar as diferenças essenciais que existem entre as mulheres brancas, as mulheres negras, latinas, índias e suas opressões. Sendo assim, essas teorias não são representativas das necessidades das mulheres não-brancas, portanto, são fontes de dominação e propagação da colonialidade. Como menciona Quijano, “La racialización de la fuerza de trabajo hace que raza y división del trabajo se encuentren imbricados, lo cual se expresa en una sistemática división racial del trabajo subsumida por el capital y el mercado mundial.” (QUIJANO, apud. RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 101) Portanto, as teorias feministas hegemônicas perpetuam essa divisão racial do trabalho, com consequências para a construção identitária e para as lutas por emancipação.

A colonialidade do poder é mantida em relações de dominação e exploração do trabalho, da natureza, do sexo - seus recursos e produtos. Nesse processo, esconde a heterogeneidade das relações e pretende o pensamento eurocêntrico como superior e universal (QUIJANO, 2000, p.16) Como apresenta Quijano, a história apresenta heterogeneidades, várias experiências sociais em diferentes espaço-tempos. Sendo assim, a caminhada evolucionista, homogeneizadora, que se realiza em direção a um suposto estado de progresso e civilização é uma construção eurocentrada que esconde que as experiências sociais são os resultados das relações e lutas de poder que levam a resultados **heterogêneos** - e que deveriam ser fielmente contextualizadas. (QUIJANO, 2005, p. 14)

#### 4. COLONIALIDADE DO SABER

Outras duas categorias complementadoras da colonialidade são a colonialidade do saber, que é a colonialidade exercida sobre o conhecimento, e a colonialidade do ser, que é a expressão da colonialidade vivenciada cotidianamente. A colonialidade do saber é a dimensão da colonialidade do poder relacionada à filosofia e ao conhecimento. Segundo Restrepo & Rojas (2010, p. 136), a colonialidade do saber “se refiere al efecto de subalternización, folclorización o invisibilización de una multiplicidad de conocimientos que no responden a las modalidades de producción de ‘conocimiento occidental’ asociadas a la ciencia convencional y al discurso experto”. (Restrepo, Rojas; 2010, p. 136)

Além da invisibilização, a colonialidade do saber também pode se apresentar na forma de apropriação cultural, por meio da estereotipação dos conhecimentos e da cultura do colonizado/subalterno. Esses estereótipos são utilizados para reproduzir a linguagem de que há o civilizado e o irracional, e de que o que se constrói como civilizado é superior, reiterando a dominação racial (WALSH, apud. RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 137)

Para Walsh, [...] la colonialidad del saber [...] no sólo estableció el eurocentrismo como perspectiva única de conocimiento, sino que al mismo tiempo, descartó por completo la producción intelectual indígena y afro como ‘conocimiento’ y, consecuentemente, su capacidad intelectual (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 136)

A colonialidade do saber é a apropriação e ocultação da cultura e dos conhecimentos que fogem ao que é dado como verdadeiro e universal, ou seja, apagamento do pensamento tecnológico e filosófico não-europeu, pelo pensamento intrínseco de que o conhecimento europeu e da ciência antropocêntrica e metódica é superior às outras formas de conhecimento. “Por tanto se puede afirmar que el núcleo de la colonialidad del saber consiste el gobierno de los otros y de sí en nombre de la verdad producida por el saber experto (del teólogo, filósofo, gramático o científico).” (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 137)

A apropriação ou o ocultamento se dão a partir da imposição de uma universalidade do conhecimento ocidental, e isso se baseia na suposta superioridade epistêmica e se fundamenta no distanciamento epistemológico do sujeito; a diferença colonial epistêmica. (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 138) Nessa diferença colonial epistêmica, o sujeito não tem sexualidade, gênero, etnia, raça, classe, espiritualidade, língua, nem localização epistêmica em nenhuma relação de poder. (MIGNOLO, apud.

BALLESTRIN, 2013, p. 105) Dessa forma, o conhecimento supõe um distanciamento e uma neutralidade do sujeito, de forma a construir ideias limpas de qualquer influência da pessoa que cria.

La objetividad y neutralidad suponen un conocimiento sin sujeto, o mejor, un conocimiento donde el sujeto toma distancia de sí para producir un conocimiento 'no contaminado' por sus particularidades e sus intereses. Este distanciamiento de sí, esta supresión de los efectos de la mundanal subjetividad, es condición de posibilidad para generar un conocimiento válido, un conocimiento con pretensión de validez universal. (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 138)

## **5. COLONIALIDADE DO SER**

A colonialidade do ser é uma manifestação da colonialidade do poder e envolve as experiências ontológicas vividas pelos sujeitos da modernidade/colonialidade; é a experiência dos sujeitos subalternizados, a experiência física, material, cotidiana. O primeiro a utilizar o conceito de colonialidade do ser foi Walter D. Mignolo. Torres (2007, p. 130) diz que a colonialidade do ser se refere à experiência vivida da colonização. Também, que esse conceito explica o impacto da colonialidade, não só no imaginário moderno/colonial, mas também na experiência vivida. A colonialidade do ser é uma implicação concreta da colonialidade, e se manifesta também nas práticas dos coletivos feministas, que muitas vezes não contemplam as mulheres não-brancas.

A separação abissal entre os lados claro e obscuro é um exemplo visual para delimitar as opressões explícitas e implícitas da modernidade/colonialidade. O lado escuro é a dimensão ocultada da modernidade, a dimensão na qual ocorrem os genocídios, as apropriações e destruições culturais, as transformações sociais, culturais e econômicas para modelos eurocêntricos.

Portanto, nessa segunda parte do artigo pretendeu-se sinalizar que a colonialidade se caracteriza por um entrelaçamento das opressões visíveis e invisíveis, manifestadas como expressão da colonialidade do poder, do saber e do ser.

## **6. GÊNERO E COLONIALIDADE**

No texto “Heterossexualismo e o Sistema Colonial/Moderno de Gênero”, Maria Lugones faz a intersecção entre raça, gênero e colonialidade, e cria o conceito de sistema colonial/moderno de gênero, inserido-o como parteda colonialidade do poder.

Para isso, ela inicia o texto com uma crítica com relação à percepção sobre gênero do autor Aníbal Quijano. Segundo ela, o Quijano, apesar de escrever sobre colonialidade, se baseia em conceitos eurocêntricos e heteronormativos relativos a gênero, que não correspondem à realidade colonial. O conceito de gênero de Quijano apenas permite que sejam vistos aqueles personagens do sistema capitalista eurocêntrico, em que a diferença de gênero é “constituída nas disputas sobre o controle do sexo, seus recursos, e produtos.” (LUGONES, 2007, p. 193) Para Quijano, o sexo é apenas biológico. Nesse modelo em que o sexo é essencialmente biológico e há uma fundação capitalista da diferença de gênero, as mulheres de cor não são percebidas, pois, as categorias raça e gênero se mantêm isoladas uma da outra. Assim, o gênero é percebido por Quijano não como um meio subjetivo de exercer a colonialidade, mas sim de forma eurocêntrica, como um meio de exploração dos recursos materiais e do sexo através da diferença de gênero. Para María Lugones, Quijano “restringe gênero à organização do sexo, seus recursos, e produtos e ele parece fazer uma pré-suposição de quem controla o acesso e quem se tornou constituído como recurso”. (Lugones, 2007, p. 194) Isso significa que ele exclui a intersecção da categoria de gênero com todas as outras categorias, como a ecologia, a organização dos grupos, a organização do trabalho, a economia.

O sistema colonial/moderno de gênero também considera apenas os gêneros homem e mulher, e essas categorias de homem e mulher são extremamente limitadas. Dessa forma, as mulheres de cor e os transgêneros não são considerados nesse sistema. Maria Lugones propõe uma intersecção das categorias raça e gênero, para que, dessa forma, as mulheres de cor tenham visibilidade e tenham as características de suas próprias lutas reconhecidas. Essa intersecção deve acontecer de forma que se compreenda o entrelaçamento dos lados claro e escuro da colonialidade.

No texto “The Coloniality Of Gender” (2008), María Lugones fala sobre os indivíduos que têm dificuldade em definir o sexo biológico. O sistema colonial de gênero faz com que esses indivíduos passem por exames e correções cirúrgicas para que o sexo feminino ou masculino seja definido. Segundo ela, apesar de a definição do sexo supostamente se dar a partir das características biológicas, nos casos de indivíduos interssexuados essa afirmativa se desconstrói, pois os critérios de definição são subjetivos e variam conforme o caso. Com isso ela conclui que “The cosmetic and substantive corrections to biology make very clear that “gender” is antecedent to the “biological” traits and gives them meaning.” (Lugones, 2008, p. 7)



A partir de estudos de outras autoras, ela mostra que as características biológicas que são atribuídas ao homem e à mulher são socialmente construídas e que o gênero é anterior a essa interpretação biológica, ou seja, primeiro se constrói o gênero e depois se aplica o conceito aos corpos. Além disso, antes da colonização, muitas sociedades tinham outras formas de organização social que não o gênero, e aceitavam mais de duas representações de gênero, como os transsexuais, os assexuados e o terceiro gênero.

Para contrapor as definições binárias de gênero e exemplificar como essas outras formas eram aceitas, a autora cita o estudo de Oyéronké Oyewùmí sobre a sociedade africana Yoruba, que não tinha relações de gênero binárias nem hierárquicas antes da colonização. O sistema patriarcal que foi inserido nessas comunidades ginocráticas transformou profundamente a organização social e política, que passou a excluir aquelas que foram forçadamente categorizadas como mulheres e, portanto, submissas, frágeis e incapazes de exercer as atividades de liderança e de autonomia individual que exerciam quando não havia sistema de gênero hierárquico em suas vivências. Na sociedade Yoruba, os corpos femininos e masculinos podiam ser *obinrin* ou *okunrin*, pois o gênero não era biologicamente construído. A instauração da superioridade masculina sobre a feminina na sociedade Yoruba transformou profundamente a vida das *anafemales*<sup>1</sup>, que antes eram *obinrin* ou *okunrin*, e não sofriam inferiorização de gênero, pois o gênero não era uma categoria de poder determinante das relações sociais. O binarismo homem/mulher também gerou inúmeros problemas em outras sociedades colonizadas, pois essa concepção alterou a estrutura de tribos matriarcais, que tinham sistemas de gênero igualitário e que mantinham suas bases econômicas e culturais na figura feminina, além de dedicarem especial respeito pelo sagrado feminino.

Maria Lugones também traz em seu texto “Heterossexualism and the Colonial/Modern Gender System” (2007) o trabalho de Paula Gunn Allen, que é importante por apresentar as especificidades culturais dos Nativos Americanos ginocráticos, que tinham suas crenças em torno da espiritualidade, valorizavam o Feminino e a Mulher - "For the gynocratic tribes, woman is at the Center and "no thing is sacred without her blessing, her thinking." (ALLEN, apud. LUGONES, 2007, p. 198) - e que mantinham equidade de gêneros em contraposição à dominação colonial homem/mulher. O trabalho

---

<sup>1</sup>Anafemales = pessoas que tem como fenótipo características físicas femininas. LUGONES (2008)

da Allen é relevante para exemplificar as limitações do conceito de gênero como é apresentado no trabalho do Quijano, por exemplo, com relação à economia, autoridade e produção de conhecimento. Maria Lugones faz uma crítica direta a Quijano: “Então, embora eu pense que a colonialidade de gênero, como Quijano descreve, mostra aspectos importantes da intersecção de raça e gênero, ela segue mais que revela o apagamento da mulher colonizada da maioria das áreas da vida social.” (LUGONES, 2007, p. 198, tradução minha). Relacionando tal percepção ao estudo sobre sociedades ginecocráticas, Lugones reitera:

Com a dominação colonial, as tribos ginecocráticas sofrem transformações importantes, e chegam a ser destruídas para se tornarem tribos patriarcais. As mudanças nas bases das instituições vigentes, causam impactos extremamente negativos, que podem ser a “dizimação de populações pela fome, doenças, e rompimento das estruturas sociais, espirituais e econômicas. (LUGONES, 2007, p. 199, tradução minha).

Ela traz uma referência ao trabalho de Allen que explica as consequências geradas pela hierarquização e patriarcalização dessas sociedades. A primazia criadora feminina é substituída pela masculina, as filosofias que constituíam a base das instituições dessas tribos foram destruídas, as antigas instituições vigentes não são capazes de se manter, pois a nova instituição de dominação constitui-se no patriarcado, e a estrutura das tribos é transformada, pois as mulheres governantes são substituídas por homens. (LUGONES, 2007, p. 198-199) Lugones acrescenta ainda a contribuição de Allen, dizendo que a dominação das sociedades ginecocráticas foi ligada à destruição das estruturas sociais, espirituais e econômicas, sendo crucial nessa dominação a inferiorização das indígenas. (LUGONES, 2007, p. 199).

A colonialidade do poder constituiu um espaço para a introdução do sistema colonial/moderno de gênero. O conceito criado por Maria Lugones caracteriza gênero como uma ficção, que sustenta a colonialidade do poder e a dominação racial e de gênero. As referências que ela faz em seu artigo *coloniality of gender* são para marcar a interseccionalidade entre o lado invisível/obscuro do sistema colonial de gênero e a colonialidade do poder de Quijano, constituindo assim a colonialidade de gênero. (LUGONES, 2008, p. 1)

Lugones diz que o sistema de gênero possui um lado obscuro e um lado claro.<sup>2</sup> O lado claro é o lado das relações hegemônicas de gênero, que consideram apenas os homens e mulheres brancos e burgueses, e caracterizam relações de gênero opressoras dos homens brancos sobre áreas da vida humana, como a liberdade sexual, política e econômica das mulheres brancas. O lado obscuro é caracterizado pela invisibilização de categorias de gênero que saem do sistema binário, a retirada dessas pessoas da participação na sociedade da qual elas eram integrantes antes da colonização, das áreas culturais, sociais, econômicas e políticas, e também por uma exploração intensa e forçada do trabalho e da sexualidade dessas pessoas. Ela explica que as concepções de gênero caracterizavam apenas homens brancos heterossexuais e mulheres brancas. (LUGONES, 2007, p. 192) As mulheres e os homens não-brancos tinham representações diferentes, que podiam ser extremamente sexualizadas ou extremamente castificadas. “Yen Le Espiritu nos diz que representações de gênero e sexualidade figuram fortemente na articulação do racismo.” (LUGONES, 2007, p. 205)

Sobre as feministas hegemônicas, Lugones diz que as lutas feministas foram construídas considerando o conceito “mulher” como universal, como se todas as mulheres fossem brancas, tivessem as mesmas necessidades e sofressem as mesmas opressões. Assim, as mulheres que não se encaixavam nas descrições do que se concebia como “mulher” não eram vistas ou eram vistas como era conveniente para o sistema eurocêntrico. As mulheres colonizadas tinham status muito diferentes do status das mulheres brancas, antes e depois da colonização. Para Lugones, as feministas brancas viam uma ligação de todas as mulheres pelo gênero, que eliminava a necessidade de compreender também a categoria raça. No entanto, as mulheres colonizadas e não-brancas tinham representações sociais específicas que não cabiam no conceito de mulher dos feminismos hegemônicos.

Segundo Lugones, os feminismos do século XX eram centrados na caracterização da mulher como fraca, frágil, sensível, sexualmente passiva, e inferior física e mentalmente. Mas nessa caracterização se encaixava apenas a mulher branca e burguesa. Sobre as outrasmulheres, a autora diz que “They were understood as animals in the deep sense of “without gender”, sexually marked as female, but without the characteristics of femininity.”

---

<sup>2</sup>O pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que separam o mundo humano do mundo subumano, de tal modo que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. (SANTOS, 2007, p.73)

(LUGONES, 2008, p. 13) Assim, os feminismos do século XX não atendem as necessidades dessas mulheres não-brancas-burguesas e seguem o sistema moderno/colonial de gênero. A crítica dos estudos coloniais sobre os feminismos que seguem esse sistema é a de que, de certa forma, seguem a hegemonia contra a qual estão tentando lutar, quando universalizam as necessidades e caracterizações, invisibilizando as mulheres não-brancas e não burguesas, as mulheres de cor. (LUGONES, 2008, p. 13)

O pensamento da autora é importante para demonstrar como a construção do conceito de gênero foi utilizada pelos colonizadores para legitimar a dominação e transformar as estruturas sociais das sociedades colonizadas. Também, como o sistema colonial de gênero apagou e destruiu identidades, e continua a ser perpetuado pelas sociedades como sendo a única forma de interpretação e vivência. É importante também para fazer-se uma reflexão sobre as sociedades atuais, para compreender o quanto de colonial ainda existe nessas sociedades, o quanto esses conceitos são naturalizados e até que ponto as crenças e sistemas atuais são realmente válidos e livremente construídos. Além disso, seus textos chamam a atenção para a naturalização de estereótipos hegemônicos de gênero como sendo universais. Por exemplo, quando mulheres com todo tipo de diferença são consideradas universalmente na categoria “mulher” (que é construída como a mulher branca burguesa frágil, dominada, que precisa de proteção), sem considerar as especificidades de cada sociedade e cada grupo de mulheres.

## **7. FEMINISMO DECOLONIAL**

Considerando a colonialidade do poder e a colonialidade de gênero, a autora Maria Lugones propõe em vários de seus textos a construção de um feminismo de resistência à dominação, um feminismo epistemológico que seja construído por mulheres que vivem no entre-lugar e que sofrem diversas opressões conectadas, que interseccione as múltiplas opressões, de raça, classe e gênero, que represente essas mulheres e que seja um contraponto de resistência múltipla a opressões múltiplas. A Lugones diz que a despatriarcalização só é possível se houver a descolonização do saber e do ser, a partir de um feminismo decolonial. (LUGONES, 2012, p. 1)

Procurando as maneiras de se construir uma teoria feminista não-eurocentrada e não-dominante, a autora formulou alguns conceitos que, após seu ingresso no grupo modernidade/colonialidade em 2006 passam a integrar direta ou indiretamente seus

escritos em direção a uma teoria feminista decolonial e a um feminismo decolonial ativo.

Um desses conceitos é o “world-travelling” que significa viajar-entre-mundos, ou seja, sair do mundo ao qual estamos acostumados e no qual estamos incluídos na paisagem para um mundo onde somos vistos como ‘*outsiders*’ e somos considerados diferentes do *mainstream*. É um conceito formulado pela autora Maria Lugones em 1987. Em seu texto, ela foca nas mulheres de cor residentes nos Estados Unidos, que devido à sua diferença, estão constantemente viajando-entre-mundos. Segundo ela, “podemos “viajar” entre mundos e podemos habitar mais de um mundo ao mesmo tempo”. (LUGONES, 1987, p. 11, tradução minha) O “viajar-entre-mundos” é importante, pois, é só por meio disso que é possível se identificar com o diferente, e porque “viajando para o “mundo” dos outros nós podemos entender o que é ser eles, e o que é ser nós mesmos aos olhos deles.” “Conhecer os “mundos” das outras mulheres é parte de conhecê-las e conhecê-las é parte de amá-las”. (LUGONES, 1987, p. 17, tradução minha)

Através da viagem para os mundos das outras pessoas, descobrimos que existem mundos nos quais essas pessoas que são vítimas de percepção arrogantes são sujeitos, seres vivos, resistentes, construtores de visões, mesmo que na construção dominante eles sejam animados apenas pelo percebido arrogante e sejam classificáveis.” (LUGONES, 1987, p. 17, tradução minha)

O “viajar-entre-mundos” é um fato constante na vida das pessoas que residem na fronteira colonial, ou na diferença colonial; essas pessoas viajam constantemente entre o lugar onde são inteiras e completas, e o lugar onde a dominação caracteriza-as como sendo outras, entre o lado claro e o lado obscuro da colonialidade do poder.

Outro conceito formulado pela autora é o de “impurity”, que vem mais no sentido de transculturalidade. Segundo ela, há uma noção de dualidade pura, em que quem vive na fronteira da diferença colonial possui duas personalidades íntegras, imutáveis e que não podem ser transformadas uma pela outra. Essa noção de dualidade esconde a dominação cultural. A noção de uma cultura intrínseca no mexicano é um estereótipo, e essa cultura é vista pelo americano como parada no tempo, e em processo de desintegração, de morte.

Lugones diz que é necessária uma solução que contemple o problema da intersecção de opressões, é preciso ver as opressões de diversas categorias como inter-relacionadas. (LUGONES, 1994, p. 473) A intersecção das categorias de opressão é

uma ideia que permanece com a autora até no mais recente de seus textos e que é uma das chaves para o feminismo decolonial.

No resumo do texto “Toward a decolonial feminism”, a autora insere uma frase que diz: “a imposição colonial de gênero passa por questões de ecologia, economia, governança, relações com o mundo espiritual, e conhecimento, bem como por práticas diárias que nos habitam com o cuidado com o mundo ou com sua destruição” (LUGONES, 2010, p. 1, tradução minha) Ou seja, a colonialidade de gênero passa pela diferença colonial de gênero, mas também se liga a outras questões que devem ser abordadas pelo feminismo decolonial. A autora María Lugones, a partir do pensamento de Aníbal Quijano, diz que o sistema de poder colonial e capitalista global encontrou, à época da colonização, no lugar da diferença colonial, formas culturais, políticas, econômicas e religiosas complexas que não deveriam ter sido encobertas e substituídas, mas compreendidas e dialogadas.

So, indeed, the transcending can only be done from the perspective of subalternity, but toward a newness of be-ing. [...] The colonial differences, around the planet, are the house where border epistemology dwells. (37) (LUGONES, 2010, p. 753)

Assim, a autora propõe que, a partir do reconhecimento da diferença colonial e da percepção de que há uma colonialidade de gênero é possível uma emancipação feminista de mulheres de cor. É preciso pensar a partir da fronteira colonial para construir o feminismo decolonial. Segundo ela, a resistência à colonialidade de gênero é feita cotidianamente, a partir de um entendimento coletivo, compartilhado e comunal do mundo e do viver no mundo. Para ela,

“a passagem das práticas vividas, valores, crenças, ontologias, espaço-tempos e cosmologias de boca em boca e de mão em mão constitui o ser. A produção do dia-a-dia em que o ser existe constrói o próprio ser ao prover modos de vestir, de se alimentar, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats, e sensações de espaço e tempo.” (LUGONES, 2010, p. 754, tradução minha)

Essas relações devem representar uma comunidade e o compartilhamento de sensações e vivências, seres relacionados ao invés de dicotomias hierárquicas.

## CONCLUSÃO

A colonialidade do poder é uma estrutura de dominação do sistema-mundo moderno/colonial e é um dos principais conceitos trabalhados pelo grupo Modernidade/Colonialidade. A partir da intersecção entre teoria de resistência feminista

de mulheres de cor e estudos de colonialidade, a autora Maria Lugones formulou o conceito de colonialidade de gênero e agora busca construir uma episteme feminista decolonial. Pensar apenas na colonialidade do poder como central nas lutas e filosofias de resistência é ocultar e ignorar necessidades específicas de mulheres que tem seus próprios anseios e que necessitam de maior atenção devido à sua diferença de gênero.

Ainda que a autora Maria Lugones tenda a dar mais exemplos da colonialidade nos Estados Unidos, seu pensamento vêm de uma mulher latino-americana para mulheres de cor que sofrem opressões da colonialidade do poder e de gênero, e pode ser realocado para os espaços latino-americanos. Além disso, refletir sobre o feminismo hegemônico e a colonialidade de gênero são exercícios importantes para esse tempo que tem a subjetividade permeada pela colonialidade do poder. A colonialidade de gênero se manifesta concretamente com frequência, principalmente nas vidas das mulheres de cor que vivem nas fronteiras, nos entre-lugares, nos lugares da diferença colonial. Tendo em vista também o argumento da autora Maria Lugones de que a despatriarcalização, principal objetivo dos feminismos hegemônicos, só é possível a partir do rompimento com a universalidade (LUGONES, 2012, p. 1), cria-se uma nova demanda e um novo horizonte feminista, com características, necessidades e fontes de resistência que saem do eixo da modernidade branca, eurocêntrica, universalista e racista para um eixo comunal, não-hierárquico, mestiço e transidentitário.

### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço às colegas e aos colegas do grupo de pesquisa “A tradução do subalterno no projeto político-epistêmico de superação da colonialidade na América Latina” pelas ricas discussões feitas nas reuniões de estudos realizadas durante o ano 2013/2014, especialmente à Professora/Orientadora Tchella Fernandes Maso, quem indicou caminhos e orientou a construção do presente trabalho.

### **REFERÊNCIAS**

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial. Decolonial turn and Latin America”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 11:89-117, 2013.

BALLESTRIN, Luciana. “O Giro Decolonial e a América Latina.” 36º encontro anual da ANPOCS, Águas de Lindoia, 1-31, 2012.

LUGONES, María. “Playfulness, “World”-Travelling, and Loving Perception”. *Hypatia*, 2:3–19, 1987.

LUGONES, María. “Purity, Impurity, and Separation”. *Signs*, 19(2): 458-479, 1997.

LUGONES, María. “Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System”. *Hypatia*, 22(1):186–209, 2007.

LUGONES, María. “The Coloniality of Gender”. *Worlds & Knowledges Otherwise*, 1-16, 2008.

LUGONES, María. “Toward a Decolonial Feminism”. *Hypatia*, 25(4):742–759, 2010.

LUGONES, María. “Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples”. *Pensando los feminismos en Bolivia: Serie Foros 2*. 1ª ed. La Paz, Conexión Fondo de Emancipación, 2012, pp.129-140.

QUIJANO, Aníbal. “Capítulo de Aníbal Quijano. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina”. *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciências sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires, CLACSO, 2000.

QUIJANO, Aníbal. “Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina”. Tradução de Gênese Andrade. *Estudos Avançados*, 19(55): 9-31, 2005.

RESTREPO, Eduardo. ROJAS, Axel. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. 1ª Ed. Popayán. Editorial Universidad del Cauca, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal”. *Novos Estudos*. CEBRAP. 71-94, 2007.

TORRES, Nelson Maldonado. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. 127-167, 2007.